



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

REQUERIMENTO Nº DE - CPIBETS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos § 2º, V, e § 3º do art. 58 da Constituição Federal, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **CONVOCAÇÃO** do senhor **José Francisco Cimino Manssur, ex-assessor especial do Ministério da Fazenda**, na condição de **ESPECIALISTA**, para prestar depoimento pelos fatos e fundamentos que na sequência serão expostos

JUSTIFICAÇÃO

A justificativa para o presente requerimento de **CONVOCAÇÃO** no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito – CPIBETS se apoia na crescente relevância dos jogos virtuais de apostas online no Brasil, especialmente no que tange às potenciais práticas ilícitas associadas a esse setor. A magnitude dos valores movimentados por essas plataformas de apostas é alarmante, havendo fortes indícios de que tais transações estejam sendo utilizadas para disfarçar operações de lavagem de dinheiro em larga escala.

Aliás, a ausência de transparência e a fragilidade dos mecanismos de controle sobre essas plataformas agravam o risco de que práticas criminosas estejam sendo amplamente facilitadas, exigindo a intervenção do poder legislativo para uma rigorosa análise dos processos financeiros relacionados aos jogos de apostas online, a fim de identificar as falhas nos sistemas de regulação e fiscalização



atualmente vigentes e propor soluções que fortaleçam a capacidade estatal de combater o crime organizado e prevenir a lavagem de dinheiro.

Ressalte-se, outrossim, que, para além do aspecto financeiro, o impacto social e familiar dos jogos de apostas online não pode ser ignorado. Com o aumento exponencial do número de usuários e das quantias envolvidas, cresce a preocupação com o endividamento das famílias brasileiras, a deterioração da saúde mental dos apostadores e os danos à economia doméstica. Há indícios de que esse fenômeno esteja contribuindo para um ciclo vicioso de perdas financeiras e adoecimento psicológico, o que torna ainda mais urgente uma resposta legislativa articulada e robusta.

Nesse contexto, a convocação de José Francisco Manssur, ex-assessor especial da Secretaria Executiva da Fazenda, é essencial para elucidar os bastidores das reuniões e discussões que influenciaram a regulamentação do setor de apostas no Brasil (Lei 14.790/2023). Manssur esteve envolvido diretamente nas conversas sobre o futuro desse mercado e sua presença na CPIBETS pode revelar detalhes sobre as decisões que facilitaram a entrada e a atuação de plataformas de apostas, assim como potenciais falhas que deixaram brechas para práticas ilícitas.

José Francisco Manssur também esteve diretamente envolvido nas discussões sobre a tributação do setor de apostas esportivas. Ele defendeu, em audiências na Câmara, a flexibilização do imposto sobre a receita das apostas, argumentando que a redução das alíquotas poderia tornar o mercado mais acessível. Sua influência nas decisões de política fiscal e tributária para o setor de apostas esportivas, além de sua posição privilegiada no governo, justificam plenamente sua convocação para prestar esclarecimentos à CPIBETS.

Recentemente, Manssur tem sido um defensor da regulamentação das apostas, argumentando que é essencial para evitar manipulação de resultados, vício e propaganda inadequada. Ele também se posicionou contra



a restrição da publicidade das empresas de apostas, alegando que isso poderia levar ao colapso do setor.

Dessa forma, considera-se que o senhor **José Francisco Cimino Manssur, ex-assessor especial do Ministério da Fazenda**, tem muito a colaborar com os trabalhos desta Comissão. Roga-se, portanto, o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, de de .

Senador Izalci Lucas
(PL - DF)

